

RELATÓRIO SOBRE A PORTARIA/MTP N° 671, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021

1. Introdução

A Portaria/MTP N° 671, de 8 de novembro de 2021, foi editada pelo **Ministério do Trabalho e Previdência** com o objetivo de consolidar e modernizar normas trabalhistas. Ela regula aspectos como **registro eletrônico de ponto**, **emissão de certificados digitais** e procedimentos administrativos, proporcionando maior segurança jurídica e transparência nas relações de trabalho.

2. Objetivo da Portaria

A portaria tem como propósito atualizar e organizar a legislação trabalhista, promovendo:

- **Segurança jurídica** para empregadores e trabalhadores;
- **Simplificação dos processos administrativos**;
- **Maior transparência** no controle da jornada de trabalho;
- **Definição de regras claras** para a emissão de documentos eletrônicos.

3. Principais Dispositivos

- **Registro Eletrônico de Ponto:** Regulamenta o uso de sistemas eletrônicos para controle de jornada, incluindo **REP-A, REP-C e REP-P**.
- **Certificação Digital:** Estabelece normas para a emissão de **certificados digitais** utilizados na autenticação de documentos eletrônicos.
- **Normas de Segurança e Fiscalização:** Define diretrizes para a fiscalização das relações trabalhistas, prevenindo **fraudes** e garantindo o cumprimento das obrigações legais.

4. Impacto para Empresas e Trabalhadores

- **Empresas:** Devem adequar seus sistemas de **registro eletrônico de ponto** e documentação conforme os novos padrões estabelecidos, evitando irregularidades.
- **Trabalhadores:** Passam a ter **mais transparência e segurança jurídica** no controle da jornada e na documentação eletrônica de seus direitos trabalhistas.

5. Conclusão

A **Portaria/MTP N° 671/2021** representa um avanço na modernização das normas trabalhistas, promovendo segurança, transparência e eficiência nos processos administrativos e fiscais do trabalho. A sua **implementação adequada** é essencial para garantir o cumprimento das regras e evitar penalidades.

Penalidades pelo Uso de Ponto Eletrônico Irregular

Empresas que não seguem as normas estabelecidas pela **Portaria/MTP N° 671/2021** podem enfrentar diversas penalidades, incluindo:

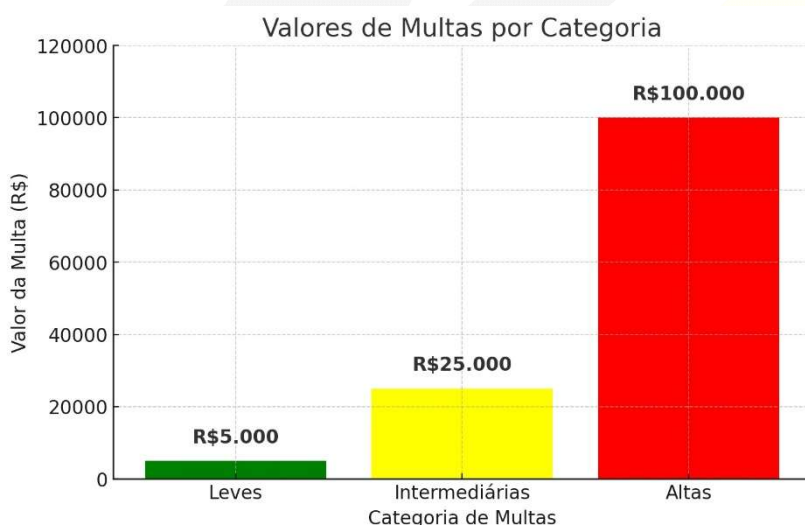
1. **Multas e Autuações trabalhistas** – O Ministério do Trabalho pode aplicar multas pela não conformidade com a portaria.
2. **Invalidação dos Registros de Ponto** – Caso o sistema não esteja adequado, os registros podem ser desconsiderados na Justiça, resultando em passivos trabalhistas.
3. **Obrigação de Pagamento de Horas Extras Não Registradas** – Funcionários podem alegar jornadas superiores às registradas, exigindo pagamentos retroativos.
4. **Ações Trabalhistas** – O descumprimento das regras pode levar a processos trabalhistas, gerando custos adicionais.
5. **Dificuldade em Processos Judiciais** – A empresa pode ter dificuldades para comprovar a jornada de trabalho real dos empregados.
6. **Conflitos com Sindicatos e Convenções Coletivas** – Caso o sistema não esteja adequado ao acordo coletivo, a empresa pode enfrentar sanções sindicais.
7. **Risco de Fraudes Internas** – Sistemas irregulares podem permitir manipulação indevida dos registros.
8. **Complicações em Auditorias e Contratos Públicos** – Empresas não conformes podem ser penalizadas em auditorias ou perder contratos governamentais.
9. **Intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT)** – Se houver indícios de fraude, a empresa pode ser alvo de investigações.
10. **Danos à Reputação** – Empresas com irregularidades na gestão de ponto podem sofrer danos à imagem e credibilidade.

Principais Impactos da LGPD no Controle de Ponto Eletrônico

A **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** trouxe mudanças significativas na coleta e armazenamento de dados dos trabalhadores. Os principais impactos incluem:

1. **Consentimento para Tratamento de Dados** – O empregador deve obter consentimento para coletar **dados biométricos ou digitais**.
2. **Finalidade Específica e Transparência** – Apenas os dados estritamente necessários para o controle da jornada podem ser coletados.
3. **Proteção de Dados Biométricos** – Impressões digitais e reconhecimento facial exigem **medidas de segurança adicionais**.
4. **Segurança Contra Vazamentos** – Empresas devem implementar **criptografia e controle de acesso** para proteger os dados.
5. **Acesso Restrito** – Apenas **pessoas autorizadas** podem acessar as informações dos registros de ponto.
6. **Direito de Acesso aos Dados** – O trabalhador tem direito de **consultar e corrigir seus registros de jornada**.
7. **Proibição da Coleta Excessiva de Dados** – O sistema de ponto não pode coletar informações **desnecessárias**.
8. **Retenção e Exclusão de Dados** – Os dados devem ser armazenados por um período determinado e excluídos após o prazo legal.
9. **Notificação de Vazamento** – Empresas devem comunicar a **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)** e os funcionários em caso de vazamento de informações.
10. **Penalidades pelo Descumprimento** – O não cumprimento da LGPD pode gerar **multas de até 2% do faturamento da empresa**, limitadas a R\$ 50 milhões por infração.

Este relatório destaca a importância da **conformidade com a Portaria/MTP N° 671/2021 e a LGPD**, garantindo um controle de jornada seguro, transparente e juridicamente adequado.



Fonte da Pesquisa: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-359094139>

Aracaju/Se 13 de Março de 2025

Atenciosamente,

Thayná Marinho
Analista de Departamento Pessoal
Grupo Pinheiro

